

MEMÓRIAS ARÁBICAS NO PORTUGUÊS EM 1300 ANOS

Leonardo Samu (UNISUAM / UERJ)

leonsamu@hotmail.com

Às portas do ano de 2011, a temática árabe na língua portuguesa ressurgiu como forma de valorizarmos presença tão marcante e incorporada à história do português. São exatos 1300 anos que marcam a chegada das primeiras levadas árabes à Península Ibérica. Mesmo após a sua expulsão, torna-se importante rever as heranças culturais, em especial as marcas linguísticas deixadas por este povo no território lusitano.

Os árabes chegaram à Península Ibérica no ano de 711 d.C. Sua presença foi justificada por questões religiosas, devido principalmente à divulgação de sua fé para aqueles que não conheciam o Islamismo. Importante ressaltar que a sua história se volta a épocas mais remotas, muito tempo antes da sua chegada ao território peninsular europeu.

Uma das primeiras notícias dos árabes nos chega através do relato bíblico. Segundo o autor de *Gênesis*, Abraão, ainda denominado por Abrão, sai de sua pátria com sua esposa Sara, antes Sarai, com a promessa de uma nova terra de fartura. Desejoso de um filho, apesar da avançada idade, Abraão recebe de sua esposa, também de avançada idade e, portanto, infértil, a escrava Agar para, juntos, gerar um filho. Deste relacionamento nasce Ismael. Ainda segundo o relato, após a relação entre Agar e Abraão, Sara consegue, milagrosamente, engravidar de seu marido, vindo nascer Isaac, de onde descendem os hebreus. De Ismael, o filho bastardo, advém os *ismaelitas*, termo presente no português desde o século XIV. Encontramos referência desta palavra, por exemplo, no relato de José vendido para o Egito. De acordo com o autor de *Gênesis*, José teria sido vendido por seus irmãos para uma caravana de *ismaelitas*. A partir deste termo, a língua portuguesa conheceu o vocábulo *islamita*, registrado em 1881, pertencente ao mesmo campo semântico.

O termo *árabe* aparece na história com Shalmaneser III, rei de Assíria entre 859 a.C. a 824 a.C., sendo mencionado pela primeira vez em uma inscrição de 853 a.C. para designar um rei, de terra árabe, vencido na Batalha de Karkar. O provável significado do termo, na visão de Shalmaneser, seria relacionar os árabes à atividade nômade, o que colocaria, lado a lado, árabes e hebreus. Esta tese se complementa quando voltamos às tradições bíblicas: Abraão, patriarca destes povos,

pertence à nona geração de Sem, filho de Noé. Por este motivo, o termo que melhor se adequa, em português, para designar árabes e hebreus é *semitas*. Antes mesmo das invasões árabes ocorridas na Península Ibérica a partir do século VIII d.C., a presença semita na península já era uma realidade desde antes de ano 70 d.C., quando se deu a tomada de Jerusalém pelos romanos e a diáspora se tornou uma forma de sobrevivência para os judeus. A promessa do território correspondente a Portugal para os semitas de linhagem hebraica pode ser encontrada, segundo a tradição bíblica, no profeta Abdias (capítulo I, versículo 20). Segundo o texto, *Sefarad* seria um dos locais prometidos para alguns judeus, o que justificaria denominarmos aqueles de origem portuguesa e/ou hispânica como *sefaradita*.

A história dos povos semitas, em especial os árabes, tomará outro rumo somente a partir do século VII d.C. com a figura de Maomé. Nascido em 570 na cidade de Meca, tornou-se um mercador de elevado potencial, dedicando parte de suas viagens para rezas e meditações. Por volta do ano 610, durante uma de suas reclusões espirituais, segundo as tradições árabes, recebe a visita do anjo Gabriel, que o teria ditado todo o livro sagrado do Corão. Baseado nas religiões cristã e judaica, sobretudo em seus aspectos monoteísta, Maomé difunde uma verdade religiosa da qual ele se declarava profeta enviado por seu deus. Em Meca, sua mensagem é rejeitada e, junto a seus seguidores, é obrigado a fugir para Yathrib (atual Medina). Esta fuga, conhecida como Hégira (Hijra), ocorreu no ano 622 e marcou definitivamente o início do Islamismo. Em Medina, Maomé incentiva a organização militar, obrigando, posteriormente, que Meca se convertesse às novas ordens religiosas. Desta forma, não tardou para que toda a Península Arábica aceitasse as verdades proferidas por seu profeta. A divulgação do Islamismo em toda a península trouxe consequências positivas para aquela população. Se antes as comunidades árabes, extremamente heterogêneas, eram definidas por seu modelo de vida politeísta e nômade, agora, por causa de sua fé, estavam unidos em uma nova marca nacional: a religião. Desta forma, puderam centralizar os mesmos interesses, constituindo, inclusive, uma unidade linguística – a língua árabe.

Uma das propostas da surgente religião árabe era a divulgação de sua fé aos povos não conhecedores do Islamismo. Por este fato, não tardou para que as primeiras levas deixassem sua terra em direção a outros locais. Em 642, os árabes já haviam chegado à África, ao Egito, levando Alexandria ao domínio islâmico. A dominação continuou,

provocando a conversão de todo o norte da África. Em geral, as conquistas eram patrocinadas por um forte exército treinado, o que garantia a vitória absoluta.

Tomados pela prerrogativa de difusão da fé, os árabes atravessam o mediterrâneo e, liderados pelo General Tárik, chegaram à Península Ibérica, em 711, com um exército de 12 mil homens. O nome árabe desse militar (Gabal Tárik) batiza, inclusive, o estreito que liga a África à Europa (Gibraltar). O preparo das tropas gerou uma conquista surpreendente: em apenas dois anos (713), todo o centro-sul da península estava conquistado.

Antes do domínio árabe, a Península Ibérica, especificamente a região correspondente à Portugal, fora palco de uma intensa diversidade étnica. Sua característica geográfica, localizada no fim da Europa ocidental, favoreceu, historicamente, a chegada de vários povos. Não tendo outra opção a não ser a permanência, todas as populações que lá desembarcaram tiveram de constituir pouso definitivo. Trata-se, ainda hoje, de um “fim de linha”, obrigando a quem chegou ou retornar para sua origem ou permanecer na península. Esta última opção obriga, inevitavelmente, a fusão de todos os forasteiros.

Desde os tempos mais remotos, a Península Ibérica conheceu uma população bastante antiga, conhecidos como iberos. Com uma provável origem caucasiana, teriam habitado o sul e o leste peninsular, sendo considerada a população mais antiga que se tem notícia nesta região. Posteriormente, chegam os celtas. Com hábitos menos rudimentares, constituem, ao lado dos Iberos, uma população conhecida por Celtiberos. Com o advento do Império Romano e o seu processo de Romanização – divulgação e conquistas externas - são os Celtiberos que tiveram de lutar, na região atual correspondente a Portugal, contra a invasão de Roma. Derrotado Viriato, herói lusitano da resistência, não tardou para que a península se tornasse uma colônia romanizada. Ainda do século I a.C., todos os falares pré-romanos já haviam desaparecido completamente da região, vigorando somente o latim com veículo de comunicação dos povos subjugados. Dos celtiberos, restaram somente resquícios de sua língua no latim (substratos).

O domínio romano na península tem fim com a queda de Roma (476 d.C.). Após esta data, as antigas províncias ficaram entregues à dominação bárbara. Em especial, a região correspondente hoje à Portugal conheceu novas levas de forasteiros: os Visigodos e os Suevos. Dotados

de uma concepção diferenciada das propostas romanas, souberam aproveitar, em partes, as heranças deixadas pelos romanos na região, incluindo o uso do latim, o que garantiria a preservação dos falares românicos mesmo após o desaparecimento de Roma. Após as invasões bárbaras, a situação da Península Ibérica era exatamente esta: um mosaico étnico utilizando, na fala, romances repletos de superestratos germânicos. Apesar desta intensa diversidade, a fusão de todos estes povos e línguas, com maior respaldo ao latim, fez gerar uma sociedade medieval de considerável organização, aos moldes romanos, demonstrando uma relação pacífica entre as partes estabelecidas. É nesta realidade que os árabes aportam.

A ocupação árabe no território peninsular foi rápida e extrema, ocasionando, a princípio, uma dominação política, social, religiosa e linguística. Todo o centro-sul fora ocupado. Em geral, a única identidade dos habitantes da península era a fé cristã. Com os árabes, a conversão ao Islamismo era uma realidade. A intensão era fazer do território ocupado uma “Nova Arábia”, ou seja, transformar toda a região em uma estrutura árabe. Às comunidades cristãs que não aceitavam o domínio restava somente a fuga para o norte, nas longínquas regiões frias e montanhosas que pouco atraíam os povos invasores, habituados a temperaturas e à planície do deserto. Os cristãos que não concordavam com a migração para o norte tiveram de conviver com a presença muçulmana. Desta convivência, temos os *muladíes*, parte da população cristã que negou a fé católica tornando-se islâmica. Aceitaram a língua árabe como língua de comunicação, além de adotar todo o modo de vida proposto pelos invasores. Ao seu lado, havia parte da população que aceitara o domínio islâmico, seja na língua, na religião ou mesmo no modo de vida, porém, em seu ambiente familiar, professavam a fé cristã e utilizavam, conseqüentemente, o romance local. A este grupo, denominado *moçárabes*, recaiu a responsabilidade de preservar os falares de tradição românica, quase extintos do centro-sul da Península Ibérica.

A partir do século XI e XII, a migração das comunidades cristãs para o norte da península já constituía uma realidade absoluta. Ainda insatisfeitos com a dominação moura, as populações cristãs, organizadas em pequenos feudos, decidem reaver o território em um movimento conhecido por Reconquista. Recebendo apoio do poder papal, os cristãos, isolados ao norte, pedem auxílio às populações francas. Ressalta-se que, neste período, em toda a Europa Ocidental, a atual região correspondente à França era o único reino com uma organização política e social, o que

teria provocado desde breve a construção de um exército forte. Por este motivo, os cavaleiros franceses, com promessas de terra e casamento, são convidados pelos cristãos da península para auxiliar a expulsão árábica. Neste momento, os feudos de Oviedo e Leão tiveram papel fundamental na reorganização de uma força para patrocinar a queda dos invasores.

Em especial, Afonso VI, rei de Leão e Castela, convida dois cavaleiros franceses para participar na batalha. O primeiro é Raimundo que, conseguindo expulsar uma quantidade considerável de mouros, recebe em troca a mão de D. Urraca, filha legítima de Afonso VI. Além disso, recebe como dote o Condado da Galiza. O segundo convidado é Henrique de Borgonha, primo de Raimundo. Vencendo os mouros, recebe o Condado Portucalense e a outra filha do rei, D. Tareja. Desta união nasce, futuramente, D. Afonso Henriques, considerado o primeiro rei de Portugal.

Em linhas gerais, Portugal surge como nação já no século XII, ocupando, provisoriamente, parte do norte da Península Ibérica. O atual desenho da nação portuguesa é fruto da continuidade do processo de expulsão árabe, fruto do movimento de Reconquista. Somente em 1492 os árabes são definitivamente expulsos da península, com maior expressão nos territórios correspondentes ao sul da Espanha. Portugal, praticamente no século XIV, já se viu livre da dominação moura.

Com o nascimento da nação portuguesa, não tardaram as primeiras manifestações de uma língua nacional. Se antes o latim era a língua da escrita, da documentação oficial, no reinado de D. Dinis, de 1279 a 1325, a língua falada passou a ser utilizada como veículo de comunicação na escrita. Trata-se da legitimação do português (século XIII) ou, se preferirmos, do nascimento do português como língua escrita. Este período coincide com a época de expulsão definitiva das forças árabes em território lusitano. Significa afirmar que o português, utilizado também na escrita, vinha de uma tradição oral calcada nas influências deixadas pelos mouros nas terras correspondentes hoje à Portugal. Durante longo tempo, do século VIII ao século XIII, coexistiram os falares românicos lado a lado aos falares árabes, constituindo um adstrato, ou seja, a convivência de duas línguas em um mesmo território. É natural que, deste convívio, muitos empréstimos vieram da língua árabe para a língua portuguesa. Tais influências podem ser percebidas prioritariamente no léxico, principalmente no espanhol, mas encontraremos algumas peculiaridades na fonética e na morfologia do português.

No campo lexical, há uma diversidade de termos que atestam a presença moura na península. Isto ocorre já que, dotados de um modelo de vida bastante inovador, souberam os árabes aplicar seus conhecimentos na região dominada, tanto nas técnicas de exploração do solo (*açude*), na utilização de produtos agrícolas (*algodão, abricó, azeite, açúcar*), bem como na organização de sua sociedade (*aldeia, bairro, alcova*). Além dos termos referentes à ornamentação (*almofada, azulejo, jarra*), temos ainda uma presença marcante relacionada à vida militar, o que prova o envolvimento deste povo na arte da guerra (*almirante, alferes, arsenal, atalaia*).

Se no léxico podemos apontar uma diversidade de exemplos, na fonética as heranças são pouco mais restritas. Sabemos que, em latim, as palavras, em grande parte, eram pronunciadas com paroxítonos ou proparoxítonos. Durante a permanência do latim vulgar na Hispânia, os proparoxítonos se tornaram menos comuns, havendo maior incidência dos paroxítonos. O contato com a língua árabe gerou uma vulgarização dos proparoxítonos, paroxítonos e oxítonos. Isto se deve já que os moçárabes souberam assimilar o acento da língua dos conquistadores, trazendo, como consequência, esta influência no português.

Na perspectiva da morfologia, notamos a presença significativa do artigo árabe *al* aglutinado à raiz latina dos substantivos. Em latim, não havia artigos. Para os moçárabes, habituados ao uso deste elemento gramatical em língua árabe, seria mais “coerente” inseri-lo na pronúncia dos vocábulos românicos. Desta forma, encontramos em português o artigo *al* em diversas palavras (*alicate, álcool, acelga, alfafa, alcachofra*) – com preservação do fonema /l/ – ou mesmo sem a preservação do fonema (*açafrão, adufe, armazém*).

Após o processo de expulsão dos árabes, a presença, em português, de sua língua, pode ser vista ainda a partir de heranças eruditas. Como exemplo, além do conhecimento matemático (as palavras *álgebra* e *algarismo* são de visível origem árabe), temos os números arábicos, incluindo o *zero*, utilizados de forma corrente em nossa sociedade. Interessante observar que em latim os números eram representados por letras, sistema este que não vigorou nas línguas neolatinas. Há de se notar, ainda, presença marcante no campo científico, tais como *alquimia, elixir* e *nuca* (termo médico).

Ao analisarmos as influências mouras em Portugal, especificamente na língua portuguesa, notamos que os quase sete séculos

de dominação não foram suficientes para caracterizar presença ainda mais marcante no português. Isto se explica já que, apesar do longo domínio, a cultura árabe era intensamente diferente da cultura latina deixada na península. Apesar das invasões bárbaras constituírem uma realidade presente, os visigodos e suevos possuíam uma semelhança étnica aos romanos, pois eram oriundos de uma tradição indo-europeia. Desta forma, as línguas, mesmo diferentes, apresentavam um contato relativo. No referente à religião, a princípio separados por doutrinas politeístas, não tardou para que as populações bárbaras se convertessem ao Cristianismo. Quanto aos árabes, notamos uma língua de tradição totalmente diferente ao modelo romano, pois se tratava de um idioma semita, além de possuir um modelo religioso um tanto divergente da fé cristã. Todas estas características favoreceram um contato superficial, apesar de longo, proporcionando relativas heranças no português.

Ainda assim, passados 1.300 anos após as invasões árabes, certamente sem a presença deste povo na Península Ibérica não teríamos a língua portuguesa caracterizada da maneira que a conhecemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA TEB. *Tradução ecumênica da bíblia*. São Paulo: Loyola / Paulinas, 1995.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso. *Português através de textos: estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

GUDEMAN, Alfred. *Historia de la Antigua Literatura Latino-Cristiana*. 2. ed. Madrid: Editorial Labor, 1940.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

IORDAN, Iorgu. *Introdução à linguística românica*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

MCKENZIE, John L. *Dicionário bíblico*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*, Instituto Nacional do Livro, MEC, 1966.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

_____. *Manual de filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

_____. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1992.

_____. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença/Instituto Nacional do Livro, 1986.

_____. *Fontes do latim vulgar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa editora, 1994.

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de linguística românica*. Trad. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.